



US dollar bill and Brazilian real banknotes. Image: Shutterstock.

Brasil e Estados Unidos em rumo de colisão?

**Rubens Ricupero**

**CEBRI JOURNAL**

Year 4 / No. 16 / Oct-Dec 2025

# Brasil e Estados Unidos em rumo de colisão?

---

**Rubens Ricupero**

**Resumo:** O texto revisita a história das relações bilaterais Brasil-EUA, do distanciamento imperial à aliança assimétrica e às tentativas de autonomia na Guerra Fria e no pós-1985. Conclui que, sob o segundo governo Trump, a relação virou colisão: interferências políticas e tarifas. Nesse cenário, o Brasil deve, em colaboração com outras potências médias, empenhar-se no reforço do multilateralismo

**Palavras-chave:** relações Brasil-EUA; política externa independente; tarifas comerciais; multilateralismo.

## **Brazil and the United States: On a Collision Course?**

**Abstract:** The text traces Brazil–U.S. relations from imperial-era distance to an asymmetrical partnership, and later to bids for autonomy during the Cold War and after 1985. It argues that under Trump’s second administration, the relationship became a collision, driven by political interference and tariffs. In this scenario, Brazil should, in collaboration with other middle powers, work to strengthen multilateralism.

**Keywords:** Brazil-US relations; independent foreign policy; trade tariffs; multilateralism.

**N**ão me recordo exatamente, mas acho que foi no primeiro semestre de 1993, alguns meses depois da posse de Bill Clinton como presidente. Eu era então embaixador nos Estados Unidos desde agosto de 1991, durante o primeiro e único mandato de George H. W. Bush (George Bush pai). Convidado a falar no Foreign Service Institute, em Arlington, uma espécie de Instituto Rio Branco para a formação de diplomatas, fui surpreendido pela primeira pergunta, assim que terminei a apresentação inicial: “Os Estados Unidos e o Brasil estariam condenados a entrar em colisão no futuro?”

Respondi que não via então nenhuma causa racional para um choque de interesses inconciliáveis, o que não é a mesma coisa que divergência de interesses ou maneiras de julgar situações. O principal objetivo brasileiro era, e continua a ser, o desenvolvimento que possibilite realizar o potencial do país. Não para acumular poder internacional, mas simplesmente para extirpar a miséria absoluta e a fome, flagelo ainda de milhões de brasileiros, reduzir a desigualdade e proporcionar a cada pessoa aquilo que a Declaração de Independência dos Estados Unidos definiu como a “busca da felicidade” – a possibilidade, não a garantia, de bem-estar e prosperidade. Agora, depois do profundo abalo causado pelo segundo governo Trump nas relações internacionais e bilaterais, provavelmente não daria resposta tão confiante no futuro.

Até a proclamação da República, a verdade é que os dois países se consideravam reciprocamente periféricos, não faltando atritos a um relacionamento marcado mais pela indiferença. A Corte, que decretou luto oficial na morte do herdeiro do Império Russo e da Rainha-Mãe da Holanda, recusou gesto similar quando foi assassinado o presidente Lincoln. Após sacudir na Regência o legado nefasto de Pedro I, que nos deixara com a Grã-Bretanha subordinação quase de semiprotetorado, o governo do Império manteve distanciamento em relação a britânicos e europeus, recusando assinar acordos comerciais com nações mais poderosas. Só começou a se distanciar dessa linha política após a proclamação da República, que daria início a uma aproximação com os Estados Unidos e os países latino-americanos. Um dos primeiros resultados visíveis da mudança foi a decisão de assinar com Washington o acordo comercial de 1891 (31 de janeiro de 1891).

Por ocasião da Revolta da Armada (1893-1894), em duas ocasiões a Marinha norte-americana interferiu em favor do governo republicano, ameaçado pelo bloqueio naval e bombardeio dos revoltosos. Poucos anos depois, o Barão do Rio

---

**Rubens Ricupero** é diplomata aposentado, historiador, foi embaixador junto à ONU (Genebra), em Washington e Roma; assessor de Tancredo Neves e José Sarney; ministro do Meio Ambiente e da Amazônia; ministro da Fazenda; Secretário-Geral da UNCTAD. É conselheiro emérito do CEBRI.

Branco definiu uma estreita parceria assimétrica com a grande potência em ascensão que eram os Estados Unidos, sobretudo a partir de 1905, ano em que se tomou a decisão bilateral de elevar ao nível de embaixadas as missões diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro.

Único latino-americano fronteiro a três países europeus na era do imperialismo, o Brasil esperava dos norte-americanos da Doutrina Monroe proteção contra os imperialistas hegemônicos da época – ingleses, sobretudo, e franceses. Em troca, oferecia apoio à política norte-americana no Caribe, na América Central e na América Latina em geral, muitos de cujos países mantinham conosco problemas de fronteira para os quais desejávamos apoio ou neutralidade norte-americana.

Era acerto realista, em que ambos tínhamos algo a dar e que correspondia à realidade do comércio, no qual, desde cerca de 1870, os EUA tinham se tornado o principal mercado das exportações nacionais de café, borracha, cacau, representando 36% do total (1912). Mais tarde, os americanos suplantariam os britânicos e se converteriam nos maiores investidores em nossa economia, posição que ocupam até nossos dias.

Menos realista se mostrou o Barão ao contar com os americanos para promover em favor do Brasil junto às potências europeias um status mais alto do que o justificado pelas hierarquias de poder da época, logo se desiludindo na 2ª Conferência de Paz de Haia. Apesar dessas ilusões, Rio Branco construiu com Washington a “aliança não escrita”,

*Convidado a falar no Foreign Service Institute [quando era embaixador nos Estados Unidos] (...), fui surpreendido pela primeira pergunta, assim que terminei a apresentação inicial: “Os Estados Unidos e o Brasil estariam condenados a entrar em colisão no futuro?” Respondi que não via então nenhuma causa racional para um choque de interesses inconciliáveis, o que não é a mesma coisa que divergência de interesses ou maneiras de julgar situações. (...) Agora, depois do profundo abalo causado pelo segundo governo Trump nas relações internacionais e bilaterais, provavelmente não daria resposta tão confiante no futuro.*

que, de acordo com o Secretário de Estado Root em um discurso no Rio de Janeiro, consistia numa relação expressa: “*não em tratados formais e escritos de aliança, mas na universal simpatia, confiança e estima dos seus povos*”. Em outras palavras, o que importava era a percepção de que o Brasil, mais que outro país latino-americano qualquer, havia logrado estabelecer vínculos estreitos e especiais com os Estados Unidos.

Graças ao êxito, o paradigma diplomático criado por Rio Branco converteu-se de novidade em dogma imutável, a ponto tal que, décadas depois, Oswaldo Aranha afirmava em 1950 na Escola Superior de Guerra “*não convir para nós outra política senão a de apoiar os Estados Unidos no mundo em troca de seu apoio à nossa preeminência política, econômica e militar na América do Sul*” (Hilton 1994, 463).

Nesses termos crus, o ex-chanceler realçava realidade à qual, mais que qualquer outro, ele tinha concorrido a criar, primeiro em âmbito continental, ao liderar a Terceira Reunião Interamericana de Consulta (janeiro de 1942), no Rio de Janeiro, a fim de hipotecar solidariedade hemisférica (com exceção do Chile e da Argentina) aos americanos atacados em Pearl Harbor; logo em seguida, ao promover a aliança militar que levaria o Brasil a ser o único latino-americano a participar efetivamente ao lado dos EUA na Segunda Guerra Mundial.

Em contraste com a dubiedade argentina, o Brasil emergiria do conflito fortalecido no plano militar, prestigiado no político e dotado do começo da indústria pesada em Volta Redonda. Sairia também com a ilusão de se haver credenciado para desempenhar papel de relevo na reconstrução do mundo do pós-guerra, esperando tornar-se o “sexto membro permanente do Conselho de Segurança”, como se dizia então. Repetia o erro de exagerada expectativa de 25 anos antes, quando, favorecido pela proteção americana na Conferência de Paz de Paris do final da Primeira Guerra Mundial, chegou a acreditar que se tornaria membro permanente do Conselho da Sociedade das Nações.

Ao mesmo tempo, os dirigentes brasileiros se preparavam em 1946 para outra decepção ao julgar que merecíamos um Plano Marshall como os europeus, sem se dar conta da mudança de prioridades estratégicas. A fantasia custaria a se dissipar, voltando a ressurgir com JK sob a forma da Operação Pan-Americana (1958), esquema implausível para persuadir os conservadores do governo republicano de Eisenhower a destinar recursos públicos para os governos latino-americanos promoverem a industrialização e a infraestrutura.

As sucessivas desilusões não bastaram para empurrar os meios dirigentes brasileiros ao neutralismo ou à oposição a Washington. Falou mais alto, no clima da Guerra Fria, a solidariedade de classe dominante com a Causa Ocidental, grafada assim mesmo com maiúsculas. Longe de ser considerado desdouro, o “alinhamento

automático” representava a defesa do autointeresse. Afinal, ao lutar no mundo contra a União Soviética, os americanos não faziam outra coisa que os conservadores brasileiros do governo Dutra ao combaterem a subversão comunista interna como ameaça existencial. Daí o papel que mais uma vez correspondeu ao Brasil como promotor na conferência de Quitandinha (1947) do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), primeira de uma rede de alianças que culminaria na principal, a da OTAN, no Tratado de Washington (1949).

Alguma coisa, no entanto, se havia rompido, e o país deixaria de participar da Guerra da Coreia, iniciada em 1950. A progressiva erosão das expectativas gerou também solo propício para que, sob o influxo do nacionalismo (criação da Petrobras, por exemplo) e do marxismo ascendentes, começasse a ganhar corpo entre nós a visão dos Estados Unidos como personificação do imperialismo na ameaça à paz mundial. Nasce na carta-testamento do suicida Getúlio Vargas em 1954 nova mitologia, a de atribuir os males do povo brasileiro a “*decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais*”, à “*campanha subterrânea dos grupos internacionais*” aliados a grupos nacionais, código que na época apontava aos poderosos ianques, já que os apagados europeus ou japoneses ainda se recuperavam dos estragos da Segunda Guerra Mundial.

Dessa conjunção de fatores, ou em oposição a eles, surgiu o primeiro cisma grave no seio dos meios sociais que sempre haviam ditado a política externa. Abandonando a presunção tácita de que os interesses estratégicos brasileiros coincidiam basicamente com os americanos e ocidentais, uma fração influente desses meios encontrou em Jânio Quadros o político capaz de sucesso eleitoral que permitiu o surgimento da Política Externa Independente (PEI), da qual o fiador e primeiro formulador foi o ministro das Relações Exteriores de Jânio, Afonso Arinos de Melo Franco. Sempre relativa a alguém ou alguma coisa, a independência da diplomacia no Brasil de 1961 era divergir dos Estados Unidos a respeito da Cuba de Fidel Castro, sustentar que nosso interesse estratégico não coincidia necessariamente com o norte-americano nesse tema crucial para a segurança hemisférica.

A partir daí, a divergência se estendeu a questões como os movimentos de libertação nacional nas colônias africanas, o comércio e vínculos econômicos com a URSS e o bloco comunista, o reconhecimento da China Popular, a ambivalência durante a crise dos mísseis em Cuba em 1962. Desenvolvida por San Tiago Dantas e Araújo Castro, a PEI se resumia, na essência, em recusar enxergar o mundo através do prisma da Guerra Fria. Nunca aceita ou tolerada por Washington, essa orientação externa será um dos fatores a levar o poderio norte-americano a ativamente encorajar e apoiar a conspiração para a derrubada de João Goulart e, em seguida, a ajudar os primeiros passos do regime militar de 1964 a 1967.

Nessa capacidade de influir para subverter os rumos da história brasileira, já testada em tom menor na Revolta da Armada em fins do século XIX, ressalta a diferença fundamental de poder que fez da relação Brasil-Estados Unidos a mais assimétrica e decisiva de todas as nossas relações diplomáticas.

Os primeiros três anos do regime militar, no governo Castello Branco, marcaram o apogeu da ajuda econômica americana e a volta do alinhamento da diplomacia na doutrina das “fronteiras ideológicas”, da ruptura com Havana, na intervenção na República Dominicana, na frase de Juracy Magalhães “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, tradução popular da ideia da coincidência de interesses estratégicos – que não era bem assim começa a manifestar-se na desaprovação crescente de Washington aos rumos ditatoriais do regime; no término, em 1967, da ajuda econômica; na recusa do envio de tropas brasileiras ao Vietnã; no desacordo relativo à falta de adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (1968); na condenação americana do AI-5.

Não obstante esses sinais de afastamento crescente, voltou a se impor, na primeira metade dos anos 1970, a colaboração contra Allende, no Chile, e outros desafios de esquerda, entre o repressivo governo Medici do “milagre econômico” e a dupla Nixon-Kissinger no poder em Washington. O infeliz imprevisto nixoniano “*as Brazil goes, so will go the rest of the Latin American continent*” (dezembro 1971) se complementava então na intensa relação epistolar de consulta entre Kissinger e o “dear Antonio”, seu correspondente, o ministro das Relações Exteriores Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Tampouco durou essa ilusão de reencontro, destroçada pela chegada à Casa Branca de Jimmy Carter e sua campanha, depois de 1977, em favor dos direitos humanos e contra o Acordo Nuclear de Cooperação Brasil-Alemanha (1975).

Em reação, Geisel denunciou o acordo militar com os EUA. Já havia adotado, desde 1974, a diplomacia do “pragmatismo responsável” levada avante pelo ministro Silveira, que reatava, em certa medida, com o espírito da Política Externa Independente na afirmação de uma linha de autonomia em temas como o reconhecimento da independência de Angola e Moçambique, o estabelecimento de relações com Pequim, o distanciamento de Israel, a aprovação na ONU da resolução considerando o sionismo como racismo. Exceto um ou outro reajuste, como, posteriormente, a respeito da resolução antissionista, a linha de crescente afirmação da autonomia seria prosseguida no restante do regime militar.

Após a redemocratização de 1985, se consolidaria, nas suas linhas gerais, como a diplomacia de consenso para Tancredo, Sarney, Collor de Mello, Itamar. Atingiu talvez seu apogeu nos duplos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), obtendo prestígio e irradiação mundiais.

Com a desintegração da URSS em 15 novos países (1991), havia chegado ao fim o cataclismo geopolítico iniciado em outubro de 1989 com a derrubada do Muro de Berlim e o desaparecimento dos regimes comunistas na Europa Oriental e Central. A extinção da Guerra Fria eliminava o argumento que mais contribuía à tese da coincidência de interesses.

Pouco antes, já a política externa brasileira divergia da norte-americana em temas importantes. Por ocasião da invasão do Kuwait por Saddam Hussein, tínhamos declinado aderir à “coalition of the willing” liderada pelo governo do presidente George Bush pai, porque nosso interesse nacional priorizava o resgate das centenas de trabalhadores brasileiros da Mendes Júnior, detidos como reféns pelo tirano iraquiano. Não nos melindramos que a Argentina tivesse enviado dois navios de guerra e recebesse o título de um dos principais aliados dos EUA fora da OTAN.

Desde o episódio que narrei no Foreign Service Institute, passaram-se mais de 30 anos. A fase do poder unipolar dos Estados Unidos veio e se foi. A partir de meados da primeira década do século XXI, aí por volta de 2015, um pouco antes talvez, começa com Obama o desejo de mover o pêndulo estratégico em direção à China e à Ásia do Leste (“pivot to Asia”). Mais ou menos pela mesma época, em 2014, torna-se sempre mais nítido o desafio estratégico da Rússia, após a anexação da Crimeia e o apoio à secessão do Donbass. Inaugura-se etapa conflitiva e de alarmante erosão de normas e padrões do sistema internacional que evoca, por alguns traços, a Guerra Fria, ao menos na divisão do mundo em grupos hostis de alianças e aumento da militarização dos conflitos.

Nesse mesmo período de 30 anos, o Brasil evoluiu economicamente, conseguiu reconquistar um mínimo de estabilidade monetária, deixou para trás a fase da crônica ameaça de estrangulamento externo por meio do acúmulo de reservas, tornado possível pelo petróleo do pré-sal, e da diversificação de exportações de matérias-primas minerais e agrícolas. A redução da vulnerabilidade econômica externa se deveu, em grande parte, à demanda de commodities por parte da China e, cada

*Desde o episódio que narrei no Foreign Service Institute, passaram-se mais de 30 anos. A fase do poder unipolar dos Estados Unidos veio e se foi. (...) Inaugura-se etapa conflitiva e de alarmante erosão de normas e padrões do sistema internacional que evoca, por alguns traços, a Guerra Fria, ao menos na divisão do mundo em grupos hostis de alianças e aumento da militarização dos conflitos.*

vez mais também, da Ásia em seu conjunto. A nova realidade de um comércio exterior mais diversificado e voltado a países asiáticos (cerca de 50% do destino das exportações) e o conteúdo de produtos primários da demanda dos mercados ampliados não deixaram de trazer consequências nas opções diplomáticas.

Com efeito, enquanto se processava essa evolução brasileira, os interesses estratégicos norte-americanos ditavam mudanças acentuadas nas prioridades econômicas e de segurança. Superados os temores da época da Guerra Fria, Washington voltou a atenção a outras paragens conturbadas do planeta. Concentrou sua agenda latino-americana em temas como o das migrações e do narcotráfico e, durante alguns anos, na promoção de acordos de livre comércio, dos quais o símbolo foi a proposta da ALCA. O potencial dessa proposta jamais chegou a ser atrativo ou convincente para o Brasil e demais países do Cone Sul, sem as vantagens de contiguidade do México na indústria maquiladora ou similar. Além disso, eram concorrentes dos americanos na exportação de produtos agrícolas, para os quais as ofertas de acesso ao mercado da América do Norte foram inexistentes ou mínimas.

Mesmo essa fase de promoção de acordos de livre comércio, florescente no governo Clinton, se esvaiu aos poucos para dar lugar a uma realidade inédita na qual as administrações sucessivas de Trump e Biden se afastaram dos princípios do sistema multilateral de comércio que tinham criado e mantido no pós-guerra. Tem sido assombrosa, quase inacreditável, essa reviravolta para quem, como eu, teve de suportar durante a maior parte da Rodada Uruguai no GATT (fui o chefe da Missão do Brasil em Genebra e principal negociador brasileiro no GATT de 1987 a 1991) as pressões e recriminações a respeito de tudo – política industrial, proteção de empregos domésticos, desejo de manter a base industrial – o que os americanos execravam e hoje promovem ativamente.

Não lamento essa mudança, pois penso que, em muitos de seus aspectos, ela consistiu em adotar o que os países em desenvolvimento sempre desejaram: maior “policy space”, mais flexibilidade para seguir abertura gradual, espaço para promover setores nos quais se pode construir competitividade graças aos estímulos corretos.

*Superados os temores da época da Guerra Fria, Washington voltou a atenção a outras paragens conturbadas do planeta. Concentrou sua agenda latino-americana em temas como o das migrações e do narcotráfico e, durante alguns anos, na promoção de acordos de livre comércio (...).*

Foi pena que a volta ao poder de Donald Trump, numa segunda encarnação revista e piorada, tenha provocado um retrocesso lamentável tanto em matéria de valores e aspirações quanto em relação aos principais problemas mundiais, a começar pela “mãe de todas as ameaças” à sobrevivência das sociedades humanas – a questão do aquecimento global. A retirada pela segunda vez dos Estados Unidos do Acordo de Paris sobre o clima complica enormemente o combate já difícil ao aquecimento global, em véspera da COP30 em Belém. Não podendo mais contar com a colaboração americana, o Brasil, anfitrião do evento, e demais países engajados, como os da União Europeia, terão de redobrar esforços a fim de manter vivo o processo de construção do consenso climático.

O enfrentamento de outra das grandes ameaças globais, a das pandemias, sofreu também um golpe grave como resultado da decisão de Trump de retirar seu país da Organização Mundial de Saúde (OMS). A mesma atitude de questionar e enfraquecer as instituições e processos multilaterais coloca em risco o sistema internacional baseado em normas e em decisões tomadas democraticamente por diálogo e negociações. Tal como no caso do clima, a ação perniciosa do atual governo norte-americano terá de ser compensada pelo esforço redobrado dos demais em sentido contrário. Trata-se de um dos sérios desafios enfrentados nestes 80 anos de pós-guerra pela comunidade internacional.

No esforço de encaminhar soluções efetivas para as grandes questões reais – a fome mundial, a erradicação da miséria absoluta, a redução das desigualdades, a premência de atualizar as instituições multilaterais, a principiar pela ONU, seu Conselho de Segurança, às exigências de realidade desafiadora e cambiante – a visão de mundo do Brasil, sua perspectiva e sensibilidade se chocam com a visão ou interesses dos Estados Unidos de Trump. É evidente que nossa percepção do que representa a ascensão da China, por exemplo, ou nossa maneira de avaliar os conflitos do Oriente Médio, trarão a marca dos interesses nacionais brasileiros e de

*Foi pena que a volta ao poder de Donald Trump, numa segunda encarnação revista e piorada, tenha provocado um retrocesso lamentável tanto em matéria de valores e aspirações quanto em relação aos principais problemas mundiais, a começar pela “mãe de todas as ameaças” à sobrevivência das sociedades humanas – a questão do aquecimento global.*

nossa aspiração por um papel à altura do peso específico do Brasil, de sua população, de sua tradição diplomática de atuação pacífica e original.

Mais do que nunca, o Brasil terá de concentrar sua capacidade de formulação e ação diplomática no esforço, junto com países similares, para defender um sistema internacional baseado nas normas e padrões da Carta das Nações Unidas, das grandes convenções de direitos humanos, meio ambiente, igualdade de gêneros, antirracismo, não discriminação. Em outras palavras, o que haverá de constituir a base sólida de nossa ação internacional provém do domínio dos valores e aspirações pelo avanço constante da consciência moral e ética da humanidade.

No relacionamento bilateral, estamos vivendo um dos momentos mais delicados em 200 anos. Ao longo dos seis primeiros meses de Trump 2, não houve diálogo direto em nível presidencial com Lula<sup>1</sup>. Não se chegou a tentar viabilizar um encontro desse nível em razão dos riscos ponderáveis, decorrentes sobretudo da manifesta incompatibilidade entre os dois dirigentes e do imprevisível comportamento de Trump<sup>2</sup>. Até junho de 2025, tinha-se a impressão de que o Brasil se situava fora do radar norte-americano. A baixa prioridade atribuída à relação bilateral também se refletia institucionalmente na ausência de designação oficial de novo embaixador para o Brasil<sup>3</sup>. A manutenção desse vácuo diplo-

*Mais do que nunca, o Brasil terá de concentrar sua capacidade de formulação e ação diplomática no esforço, junto com países similares, para defender um sistema internacional baseado nas normas e padrões da Carta das Nações Unidas (...). Em outras palavras, o que haverá de constituir a base sólida de nossa ação internacional provém do domínio dos valores e aspirações pelo avanço constante da consciência moral e ética da humanidade.*

1. É marcante o contraste com outros poderes grandes e médios no sistema internacional – como China, Rússia, União Europeia, Japão, Índia, Canadá, México e Argentina – que já estabeleceram contatos diretos de alto nível – em geral, presidencial – por meio de encontros presenciais, ligações telefônicas ou tratativas diplomáticas.

2. Diante dos episódios constrangedores enfrentados por líderes da Ucrânia e da África do Sul em visitas oficiais à Casa Branca no primeiro semestre de 2025, o governo brasileiro tardou em pensar em um encontro presidencial bilateral.

3. Desde 21 de janeiro, a missão diplomática norte-americana em Brasília esteve sob a liderança de Gabriel Escobar, como encarregado de negócios após a saída da embaixadora Elizabeth Bagley.

mático sinalizava um descompasso entre os dois países e limitava o espaço para iniciativas estruturadas de cooperação.

Em 9 de julho de 2025, esse panorama sofreu imprevisível agravamento em decorrência de mensagem de Trump – via canais extraoficiais – que representou ingerência gratuita em assuntos políticos internos brasileiros. Na mensagem, o presidente norte-americano acusava o Judiciário brasileiro de perseguição política contra o ex-mandatário Jair Bolsonaro e de censura judicial contra redes sociais americanas. Sob a justificativa equivocada de corrigir inexistente déficit comercial, anunciava, ademais, a imposição de uma tarifa punitiva de 50% sobre as exportações brasileiras, com entrada em vigor a partir de 1º de agosto.

No dia 15 do mesmo mês, o governo de Washington resolveu investir contra supostas “práticas comerciais desleais” brasileiras, mediante a abertura de investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio. Mecanismo unilateral desprovido de controle imparcial como o dos processos da Organização Mundial do Comércio (OMC), esse gênero de investigação permite aos EUA agir como acusador e juiz em causa própria. Uma possível explicação para a escolha dessa ferramenta legal no caso brasileiro é que ela tenha sido uma resposta indireta às publicações de Paul Krugman, que questionou a autoridade legal do presidente americano para impor tarifas por razões políticas. Essas críticas podem ter alertado os assessores da Casa Branca sobre a fragilidade jurídica da medida inicial, levando-os a buscar na Seção 301 uma justificativa formal para as ações adotadas.

A verdade é que, ao contrário do alegado, os Estados Unidos acumularam um superávit de US\$ 410 bilhões no comércio com o Brasil nos últimos 15 anos (Brasil 2025). Se aplicada, a medida tarifária inviabilizará a maior parte da exportação brasileira ao mercado norte-americano. Trará, ao mesmo tempo, efeitos negativos para o setor privado americano, conforme assinalado pela Amcham e a U.S. Chamber<sup>4</sup>.

Em razão do desequilíbrio do intercâmbio bilateral em favor dos Estados Unidos, uma drástica redução provocada pelo “tarifaço” tenderá a afetar mais diretamente os interesses exportadores norte-americanos do que os brasileiros. O Brasil é atualmente o 15º principal parceiro comercial dos Estados Unidos, enquanto os Estados Unidos ocupam a 2ª posição entre os principais parceiros comerciais do Brasil (U.S. Department of Commerce 2025), o que evidencia a assimetria de dependência na relação bilateral.

---

4. Em nota divulgada em 15 de julho de 2025, a Amcham Brasil e a U.S. Chamber of Commerce alertaram para os impactos negativos das medidas sobre as cadeias produtivas e os consumidores norte-americanos, destacando que mais de 6.500 empresas seriam diretamente afetadas.

As medidas contra o Brasil configuram um caso singular em que a ameaça tarifária está diretamente vinculada a questões políticas e de soberania, como a suposta “perseguição” a Bolsonaro e decisões do STF relacionadas ao conteúdo nas redes sociais. Motivado possivelmente por figuras ligadas ao ex-presidente, como seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro, o episódio sinalizou o potencial de contaminação política nas relações bilaterais, elevando os riscos para o ambiente diplomático e gerando repercussões diretas no cenário político interno brasileiro, com potencial de duração até as eleições gerais de 2026.

Ao impor tarifas com o pretexto de defender o rival político do atual mandatário brasileiro e ao criticar o Poder Judiciário de um país soberano, Trump ultrapassou um limite grave nas relações internacionais. Não é a primeira vez que o presidente americano politiza o uso de tarifas: medidas tarifárias foram aplicadas contra o México, vinculadas à contenção da imigração; contra o Canadá, sob o argumento de segurança nacional; e até contra a Colômbia, como retaliação à recusa em receber deportados dos Estados Unidos (Council on Foreign Relations 2025).

Desde o anúncio das medidas contra o Brasil, o assunto vem passando por altos e baixos que ora animam a expectativa de que a racionalidade acabe por prevalecer, ora transmitem a impressão de que o panorama segue incerto e imprevisível. As negociações e acordos celebrados com vários parceiros – México, Coreia do Sul, União Europeia, a trégua de um ano com a China – permitem talvez um relativo e precário otimismo, no sentido de que exista algum espaço para reverter ou reduzir o impacto negativo das medidas.

Voltando, assim, à pergunta inicial, a melhor resposta possível, talvez mesmo a única, é que a colisão entre o Brasil e os Estados Unidos deixou de ser uma hipótese para se transformar em penosa realidade. Se estamos ou não “condenados” a permanecer no atual estado vai depender das negociações que se esboçam no momento em que concluo este artigo (1º de novembro de 2025).

Qualquer previsão é arriscada com interlocutor como Donald Trump, sujeito a caprichos e instabilidade emotiva e psicológica. Parece, portanto, improvável que se alcance um acordo definitivo que resolva todas as pendências e elimine incertezas até o fim do mandato. Quem sabe o máximo que se possa esperar será um cenário de “negociação permanente”.

1º de novembro de 2025

## Pós-escrito

Terminado de escrever em 1º de novembro de 2025, este artigo permanece válido em suas análises e conclusões. De certa maneira, os dois meses e meio transcorridos serviram para confirmar e reforçar as tendências identificadas antes. Por exemplo, a nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (U.S. National Security Strategy), datada de novembro de 2025, instituiu o chamado “Corolário Trump da Doutrina Monroe”, definido como a reafirmação e a imposição da referida doutrina no Hemisfério Ocidental. Sua aplicação mais espetacular foi o sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e sua detenção nos Estados Unidos para ser julgado pela acusação de “narcoterrorismo”.

Com relação ao Brasil, parcela significativa da tarifa adicional de 40% foi mais tarde reduzida pelo próprio governo norte-americano. As exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram 6,6% em 2025, totalizando US\$ 37,716 bilhões, em comparação com US\$ 40,368 bilhões em 2024. O recuo é atribuído às tarifas impostas pelo governo Trump. No mesmo período, as importações de produtos norte-americanos cresceram 11,3%, alcançando US\$ 45,246 bilhões, resultando em um déficit comercial de US\$ 7,530 bilhões para o Brasil. Prosseguem as negociações a respeito de adicionais reduções tarifárias. Um encontro pessoal entre Lula e Trump deve ocorrer na Casa Branca em 2026.

12 de janeiro de 2026 

---

## Referências Bibliográficas

---

Brasil. Presidência da República. *Nota à imprensa*. Brasília, DF, 9 jul. 2025.

<https://www.bea.gov/sites/default/files/2025-07/trad0525.pdf>

Council on Foreign Relations. 2025. "Trump Levels Trade Threat at Brazil". *CFR*, July 10, 2025. <https://www.cfr.org/article/trump-levels-trade-threat-brazil>.

**Como citar:** Ricupero, Rubens. 2025. "Brasil e Estados Unidos em rumo de colisão?". *CEBRI-Revista* Ano 4, Número 16 (Out-Dez): 17-31.

Hilton, Stanley. 1994. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. São Paulo: Editora Objetiva.

**To cite this work:** Ricupero, Rubens. 2025. "Brazil and the United States: On a Collision Course?" *CEBRI-Journal* Year 4, No. 16 (Oct-Dec): 17-31.

U.S. Department of Commerce. 2025. "International Trade in Goods and Services, May 2025". *United States Census Bureau*, CB 25-102, BEA 25-28.

**DOI:** <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2025.16.02.01.17-31.pt>

Recebido: 1 de novembro de 2025

Aceito para publicação: 13 de janeiro de 2026

---

Copyright © 2026 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.